PARA LER GEOGRAFIA OU A GEOGRAFIA SEGUNDO LUCIEN FEBVRE

TO READ GEOGRAPHY OR THE GEOGRAPHY BY LUCIEN FEBVRE

PARA LEER GEOGRAFÍA O A GEOGRAFÍA SEGÚN LUCIEN FEBVRE

GUILHERME RIBEIRO

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE – CAMPOS DOS GOYTACAZES - **UFF**

geofilos@ig.com.br

Prof. Doutor Universidade Federal Fluminense

RESUMO: Este artigo pretende discutir a relação do historiador francês Lucien Febvre com a geografia, interpretando sua crítica ao geógrafo alemão Friedrich Ratzel e sua adesão ao geógrafo francês Paul Vidal de la Blache como parte integrante de uma estratégia de delimitação das fronteiras do conhecimento visando a hegemonia da ciência histórica.
Palavras-chave:historiografia; pensamento geográfico; interdisciplinaridade; Ratzel; Vidal de la Blache

ABSTRACT: This article discusses the relationship of the French historian Lucien Febvre with geography, interpretating his critic of the German geographer Friedrich Ratzel and its adherence to the French geographer Paul Vidal de la Blache as part of a strategy of defining the boundaries of knowledge aimed at the hegemony of historical science.
Keywords: historiography; geographical thought; interdisciplinarity; Ratzel; Vidal de la Blache

RESUMEN: Este artículo aborda la relación del historiador francés Lucien Febvre con la geografía, ya que su crítica del geógrafo alemán Friedrich Ratzel y su adhesión al geógrafo francés Paul Vidal de la Blache, como parte de una estrategia de definición de los límites de los conocimientos encaminados a la hegemonía de la ciencia histórica.
Palabras-llave: historiografía; pensamiento geográfico; interdisciplinaridad; Ratzel; Vidal de la Blache

INTRODUÇÃO

Febvre não era geógrafo — e fazia questão de dizê-lo. Entretanto, não será exagero algum afirmar que nenhum outro cientista social provocou tamanho impacto na trajetória do pensamento geográfico quanto ele. Sua tese de doutorado, ao mesmo tempo em que discute a revolta dos holandeses contra Felipe II e a proposição da Reforma, também elege um recorte espacial, a região do Franco-Condado, relatando suas características sócio-geográficas (cf. HUGUES-WARRINGTON, 2002). Em parceria com Demangeon, Febvre abordará problemas econômicos e históricos em torno do rio Reno, procurando descontruir a noção de fronteira enquanto algo físico, natural, mas vislumbrando-a como uma construção humana carregada de valores, crenças e mitos (FEBVRE & DEMANGEON, 1935; SCHLOTTER, 2000). Todavia, tal impacto refere-se ao tantas vezes citado *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire*, escrito durante a guerra mas só publicado em 1922. Esta obra pode muito bem ser enquadrada naquilo que a filósofa Marilena Chauí elaborou em sua crítica sobre a história do Brasil, sua escrita e seus intérpretes: trata-se de um *mito fundador* (CHAUÍ, 2000), uma idéia-força que, engendrada segundo uma operação intelectual assaz singular e num contexto histórico conflituoso, ganhará ares de consenso e será, de tempos em tempos, reproduzida pelos historiadores como norma, cânone ou garantia de segurança e autoridade (SODRÉ, 1976; POMIAN, 1997 [1986]; BURKE, 1997 [1990]; REIS, 2000; BARROS, 2005).

Quais seriam as razões de tamanha vitalidade? Sim, pois não podemos dizer *atualidade*, já que as relações entre a Geografia e a História foram, nos parece razoável afirmar, significativamente modificadas de 1922 até o momento em que escrevemos. Ou estaremos enganados? Ou, a despeito das profundas metamorfoses teórico-metodológicas sofridas pela Geografia e pela História no decorrer do século XX e início do século XXI, as *relações* (poderíamos dizer *representações*) envolvendo tais ciências continuam presas de uma tradição historiográfica estabelecida por Febvre e constantemente renovada por seus pares?

Deixemos que as próximas páginas falem por si mesmas. De qualquer maneira, devemos ressaltar o profundo e sincero interesse de Febvre pelo conhecimento geográfico e sua contribuição à História. Nem é preciso uma leitura muito atenta de *La Terre et l'évolution humaine: introduction géographique à l'histoire* para perceber a satisfação e a importância que os trabalhos dos geógrafos franceses e alemães, seus Atlas e suas discussões em torno da paisagem, recortes regionais e traçados territoriais tiveram durante todo o percurso intelectual do co-fundador dos *Annales*. Tal postura deve ser grifada, sobretudo, nos dias atuais, quando intelectuais como Paul Virilio, Anthony Giddens, Zygmunt Bauman e Renato Ortiz ensaiaram realizar uma aproximação com a Geografia que, se num primeiro momento parecera frutífera, mostrou que os géografos deveriam estar atentos: ao invés de incorporá-la como referencial importante no entendimento dos fenômenos provocados pela Globalização, eles preferiram aderir a um discurso do fim das fronteiras, dos territórios e do espaço como um todo (GIDDENS, 1991 [1990]; BAUMAN, 1999 [1998]; ORTIZ, 2003 [1994]; VIRILIO, 1993 [1984]). Afinal, qual o significado político por trás dessas leituras? (vide RIBEIRO, 2008).

Febvre fazia questão de ressaltar o papel fulcral da Geografia no movimento de renovação da História — e, naturalmente, na elaboração de suas próprias idéias. É nesse espírito que, entre seus "verdadeiros mestres" Burckhardt, Courajod e Stendhal, inclui Elisée Réclus (!) e a "profunda humanidade de sua *Géographie Universelle*" [1] (FEBVRE, 1952:IV). De Vidal, dirá que este fizera, "para ele e seus sucessores, sua própria revolução" (idem, p.VI). E não poupará elogios a Sion e Demangeon pela abertura junto à História encontrada em suas pesquisas (FEBVRE, 1941a [1992]). Este último tem não só uma posição intelectual, mas também institucional, frente a Bloch e Febvre: foi ele um dos responsáveis pela aproximação de

[1] Essa é mesmo uma revelação surpreendente pois, dos trabalhos de Febvre aqui revisados, apenas *La Terre* menciona Réclus. Quais seriam suas afinidades intelectuais com o geógrafo anarquista? Como ele as conciliou com o pensamento vidaliano? Essa é uma pista de pesquisa que apenas ratifica o fato de que as relações entre Febvre e a Geografia merecem um estudo específico.

ambos com a editora Armand Colin que, futuramente, acolheria os *Annales d'histoire économique et sociale* (1929). É, nas palavras de Febvre, uma das "fontes batismais" da revista, assim como um de seus "melhores colaboradores" (idem, p.382).

Descontente com a historiografia dominante de então, Febvre descobre uma Geografia rica, viva e em movimento. Os trabalhos de campo, a observação direta da realidade empírica e a atenção às paisagens soavam como uma novidade face à mesmice da história factual e dos arquivos fechados e mofados nos quais se encerravam os historiadores. Abrir-se à Geografia era renovar a História; era perceber que havia uma França em plena mutação e que inserir a dinâmica geográfica no âmbito do processo histórico ampliava enormemente as possibilidades de compreensão da vida social. Suas virtudes seriam declaradas em uma ocasião particularmente importante: a lição de abertura no *Collège de France*. "Nascia uma geografia humana que atraía a atenção dos jovens homens, rapidamente tomados por seus estudos reais e concretos, estudos que pareciam fazer penetrar, na morna pintura das salas de aula, o céu e as águas, as aldeias e as madeiras, toda a natureza vivente. 'A história se faz com os textos': assim, de um golpe, parecia desaparecer a observação penetrante dos sítios, a inteligência aguda das relações geográficas próximas ou longínquas, o exame das marcas deixadas sobre a terra humanizada pelo trabalho vigoroso de gerações (...)" (FEBVRE, 1992:5 [1933]).

Febvre reclamaria não só os empréstimos constantes junto ao conhecimento geográfico, mas também a ausência do mesmo em determinados trabalhos: a história historizante não citava Vidal, p.ex. (FEBVRE, 1992:117 [1947]). Resenhando o livro *La Paix Armée (1871-1914)*, aponta a ausência tanto da escola geográfica francesa quanto dos geopolíticos alemães, mesmo se tratando de obra cujo tema — as relações internacionais — "não se desenvolvem fora do espaço" (FEBVRE, 1992:66 [1946]). Por outro lado, merece elogio gente como Michelet, que soube grifar as histórias nacionais e seus respectivos quadros geográficos, percebendo "no passado dos povos todo um jogo de influências geográficas sutis, múltiplas e complexas". Quando Febvre fala que, no tempo em que não havia geografia no sentido atual do termo, foram os historiadores os primeiros a colocar questões de natureza geográfica, é também a Michelet a quem ele se refere (FEBVRE, 1991:26-27 [1922]).

Febvre e a interdisciplinaridade: circunscrevendo o domínio geográfico

Iniciaremos pela interdisciplinaridade, traço tão propagado (e tão pouco criticado) pelos estudiosos dos *Annales*. Febvre é mencionado frequentemente como aquele que combatia o espírito de especialização, o encerrar-se de uma disciplina nela mesma como se, sozinha, pudesse explicar todos os fenômenos que se propunha a estudar. Para ele, as ciências deveriam estar abertas umas às outras, aproximar-se, trabalhar em grupo. Cabia retirar a História de seu "casulo arquivístico", coligar-se às demais ciências e apresentar às mesmas virtudes históricas até então desconhecidas. A interdisciplinaridade não era outra coisa senão a principal forma encontrada por Febvre pela qual a História re-conheceria as ciências vizinhas e seria por elas igualmente re-conhecida. Não deixava de ser uma espécie de propaganda na luta pela propagação e consolidação de uma nova abordagem histórica — e isto não poderia ser feito entre seus pares, pouco interessados na problematização de seu campo e no diálogo com os demais. "Entre disciplinas próximas ou distantes, negociar perpetuamente novas alianças; concentrar, sobre o mesmo objeto, o feixe de luz das ciências mais heterogêneas. Tarefa primordial e, de todas aquelas que se impõem a uma história impaciente de fronteiras e separações, a mais urgente e, sem dúvida, a mais fecunda" (FEBVRE, 1992:14 [1933]).

Entretanto, Febvre não receberia passivamente a contribuição dos geógrafos e demais cientistas sociais, muito pelo contrário: são trocas que passam por uma triagem, por uma seleção daquilo que o historiador deve ou não incorporar. Afinal, sabemos que os *Annales* são ciosos quando se trata de defender sua concepção de História e que não medem esforços para criticar este ou aquele procedimento, este ou aquele cientista que, porventura, possa parecer a eles colocar a História em risco. A interdisciplinaridade é uma bula a ser lida atentamente cujo remédio deve ser tomado em doses homeopáticas. A singularidade é que é o paciente quem decide como e quando tais doses serão medicadas. Afinal, como reconhecera o próprio Febvre,

a História estava em crise (FEBVRE, 1992 [1941]). Porém, nem por isso se deixaria ofuscar pelo brilho da Geografia, Sociologia e Psicologia: boa parte dos "combates" de Febvre não dizem respeito a problemas "territoriais" no interior do campo científico?

Observando minuciosamente seus diálogos com a produção geográfica de então, podemos extrair muitas lições de como ele pensava e exercia a interdisciplinaridade. Acaso haverá direção metodológica mais apropriada para fazê-lo? Pois se a Geografia ajudou a forjar a história *annaliste* e se tal projeto tem a interdisciplinaridade como um de seus carros-chefe, passar em revista como Febvre interpretava a Geografia é examinar como tal atributo manifestou-se em termos práticos, é ir direto em sua essência.

No artigo *Chez les géographes: positions des problèmes ou répertoires de faits?* (1936), a reprimenda à tese de Paul Marres situa-se precisamente na sua inábil interferência no terreno da Economia. Ele deveria ter se limitado a fazer geografia, e "não uma pseudo história econômica necessariamente insuficiente e sem acento". Mais do que uma intromissão, há uma divergência de fundo nisto, posto que "A vida econômica e a geografia humana de uma região dada são, sem dúvida, dois fatos". E aconselha-o: "Se quiser fazer geografia humana, não certifique, de graça, aos olhos de todos e desde a primeira vista, que vida geográfica e vida econômica, para o senhor, é uma coisa só". E toma como palavra chancelar entre os geógrafos ninguém mais, ninguém menos que Vidal de la Blache. Mas, tratar-se-ia do Vidal de *Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes*, discutindo os efeitos da indústria manufatureira para a economia regional e no âmbito das ligações entre França e Alemanha? (VIDAL DE LA BLACHE, 1916). Do Vidal de *La rénovation de la vie régionale*, que percebe a atividade urbana-industrial modificando a dinâmica das regiões francesas? (VIDAL DE LA BLACHE, 1917). Ou talvez de *La frontière de la Sarre*, problematizando as perdas econômicas e estratégicas resultantes da perda de uma fração do território para os alemães? (VIDAL DE LA BLACHE, 1919). Nenhum desses: a citação diz respeito ao *Tableau* (FEBVRE, 1936:577-578), livro em que Vidal raramente explora as questões econômicas...

No mesmo artigo, comentando a tese de Pierre George *La Région du Bas-Rhône, étude de géographie régionale* (1935) cuja parte segunda denomina-se *Géographie économique et humaine*, confessa que, embora a geografia econômica tenha sido manejada com prudência, ela não deixa de ser excessiva: "Econômica: a palavra implica relações e operações de um gênero particular que não dizem respeito, propriamente falando, à geografia". De qualquer modo, as qualidades de George e sua tese devem ser ressaltadas, já que, além de ter sido pessoal e original "respeitando os quadros tornados clássicos das monografias regionais" (ou seja, não ultrapassando os limites concedidos à Geografia), não incorreu na tentação e no erro de tentar reconstituir "toda a evolução econômica regional" (tarefa que, certamente, seria pertinente a um historiador), mas sim ter aplicado o método histórico à sua condição atual (idem, p.578-579). Interdição da Economia à Geografia ou apenas uma lembrança acerca da necessidade de respeitar os limites entre as ciências?

Semelhante inquietação o afeta quando do termo Geografia Humana. Apesar de ser "uma das mais belas conquistas intelectuais da nossa geração" (FEBVRE, 1941a:386), a expressão lhe soa estranha, difícil de assimilar. Por quê? Porque a Geografia não é de todo humana: ela pode prescindir do homem e, mesmo assim, seu *status* de ciência e sua importância não serão abalados. O homem não é a "caça" dos geógrafos, seu alvo principal. Isso fica evidente quando Febvre, que se propõe (segundo ele mesmo) a "defender" a Geografia das recriminações advindas da Sociologia, tenta explicar as diferenças entre ambas. De um lado, os geógrafos sustentavam que não havia nenhum grupo social desprovido de uma base territorial; os morfólogos sociais, por sua vez, buscavam exemplos que mostrassem o contrário. Tomando o estudo de Durkheim sobre as sociedades australianas e sua organização totêmica, Febvre acabaria se inclinando à argumentação destes últimos, admitindo a existência de "grupos que não são necessariamente territoriais". Mas isso não é o mais relevante, e sim o fato de como ele distingue ambos os projetos: se o que importa à morfologia é como os grupos se organizam e como, a partir daí, é possível depreender suas formas sociais, essa não é a preocupação da Geografia, posto que, para ela, "é possível que o grupo, enquanto grupo, lhe escape". Mas, o que lhe pertence, então? O que lhe caberá estudar? A resposta é direta: "Resta-lhe o solo sobre o qual vivem os homens — e o clima, as produções e todas as condições de existência próprias

dos lugares que frequentam e que também ocupam, enquanto membros de grupos de outra natureza: os grupos territoriais. Deste modo, já ganhamos consciência, sem dúvida com um pouco mais de clareza, daquilo que realmente torna opostas as duas concepções rivais: morfologia ou geografia" (FEBVRE, 1991:53 [1922]).

Outro exemplo revelador de como Febvre pensava a Geografia localiza-se no principal tipo de habitação humana: a casa. Parte integrante da paisagem? Sim. "Um dos traços mais notáveis destas 'paisagens humanizadas que se nos apresentam e que precisamente o geógrafo deve estudar", afirma ele. É a casa, portanto, um fato geográfico? "Ora diremos nós (e já foi dito) que esta casa, esta habitação do homem, por muito adaptada que esteja, quer pelo seu aspecto, quer pelas suas disposições e materiais, ao solo em que assenta e ao clima em que se encontra, é um fato geográfico? Claro que não! Um fato humano, se assim se quiser — o que não é a mesma coisa" (idem, p.54). É ocasião, então, de nos perguntarmos: porquê a casa não é um fato geográfico? Ele mesmo fornece a resposta: em *Les paysans de la Normandie orientale*, Sion explica a distribuição das casas a partir da disponibilidade de água. Quando esta é abundante, aglomeração. Quando não o é, dispersão. No entanto, esquece o geógrafo que esta não pode ser uma lei geral, mas apenas uma possibilidade: uma população de emigrantes pode ter construído e disposto as casas em outras condições de clima e solo, reproduzindo as características de sua região de origem, p.ex. E, por mais que Sion esteja consciente de que haveriam outras possibilidades, pode-se observar uma insuficiência da explicação geográfica: "Nesta questão da casa há uma tendência espontânea para desprezar, se não para negar, as influências étnicas (...) ou as influências históricas, que não são todas forçosamente 'étnicas' e cuja ação é necessário definir quando a análise geográfica é incapaz de satisfazer. Desconhecimento inconsciente ou propositado do jogo das tradições, da ação persistente das causas sociais: não terão os sociólogos razão em censurar aos geógrafos estes defeitos tão conhecidos [2]? *Defeitos de uma ciência jovem, exuberante e que não sabe, ao limitar o seu próprio domínio, respeitar por via indireta o domínio do vizinho*" (ibidem, pp.55-56, grifo nosso).

Reunamos os argumentos: (a) os grupos sociais podem ser deixados de lado pela Geografia; (b) a casa é um fato humano e não geográfico; (c) as influências étnicas e históricas tendem a ser esquecidas pelos geógrafos... Tudo isso se esclarece quando Febvre define o "humano" da Geografia. "*O homem é um agente geográfico, e não o menos importante*. Contribui para revestir, conforme os lugares, a fisionomia da Terra com essas 'expressões mutáveis' que a geografia 'tem por tarefa especial' estudar. Desde há séculos e séculos, pelo seu labor acumulado, pela audácia e decisão das suas iniciativas, o homem apresenta-se como um dos mais poderosos artífices da modificação das superfícies terrestres. Não há força que não utilize, que não submeta à sua vontade; não há região, como se tem dito, que não apresente os estigmas da sua intervenção. Atua sobre o solo isoladamente; atua mais ainda coletivamente — por intermédio de todos os seus agrupamentos, dos mais restritos aos mais vastos, desde os agrupamentos familiares aos políticos. *E tal ação do homem sobre o meio é precisamente o que de humano entra no âmbito da geografia. A geografia é,* repete incisivamente Vidal de la Blache no artigo que citamos anteriormente*, 'a ciência dos lugares, e não a ciência dos homens'*" (ibid., p.69).

Eis a parte humana que cabe à Geografia: a ação sobre o meio, o trabalho sobre o solo. O resto é defeito, desrespeito e ambição de uma ciência imatura. Dentro dos limites disciplinares pensados por aquele que viria a ser um dos mais importantes historiadores do século XX, da multiplicidade da condição humana e de seus inúmeros atos, não há outro senão este o quinhão que pertence à Geografia. Em seu âmbito, o Homem não pensa, não possui crenças; não se divide em classes desiguais segundo a posse de bens materiais nem se diferencia segun-

[2] Talvez devamos relativizar a interpretação já consagrada de que Febvre, ao defender a Geografia dos ataques da Sociologia, se oponha, necessariamente, a esta. Enquanto a Morfologia Social é prudente, bem definida e bem delimitada em termos de objeto, a Geografia Humana é ambiciosa (FEBVRE, 1991:56-57 [1922]). Tal como Durkheim havia identificado, ela não possui a preponderância que imagina na explicação dos fenômenos sociais (idem, p.54). E, repetindo o credo do sociólogo francês, dirá que a posição científica do problema do meio "depende essencialmente da constituição e da aplicação de um método geográfico universalmente aceito e praticado". Generalizações e concepções vagas deveriam ceder lugar a uma obra de ciência, e esta só poderia ser alcançada com "estudos positivos e investigações metódicas" (ibidem, p.42-43).

do o sexo. Educação, lazer, valores, comportamentos, hábitos... tudo isso escapa aos geógrafos! Ora: embora Febvre e Bloch desdenhavam do *homo economicus* e do *homo diplomaticus* (BLOCH, 2001:132 [1949]; FEBVRE, 1931:64) o que dizer de um bizarro *homo geograficus*? Sim, pois é isso que emana de sua reflexão: o elemento humano em Geografia não passa de um ser que não faz outra coisa senão agir sobre o solo! Isso sim é uma "geografia humana modesta" (FEBVRE, 1992:53 [1922]). Como, então, demandar ao géografo o conhecimento das causas étnicas, históricas e sociais, se o que lhe coube encerra-o no solo? Desconhece-se todo o restante: trata-se de um homem fetichizado que, refém de uma parcela do pensamento científico moderno, era capturado pelo imperativo de delimitação (que é, na realidade, um procedimento de exclusão) "precisa" e "rigorosa" dos campos de conhecimento. Mas, examinemos o outro lado da questão — totalmente despercebido por geógrafos e historiadores. Ao observarmos os elementos constituintes da empresa dos *Annales*, a posição de Febvre frente à Geografia torna todo esse cenário muito estranho. No mesmo momento, o que ele e Bloch pregavam? Ampliação das fontes históricas, abertura para as demais disciplinas, alargamento dos recortes temporais, apreensão da totalidade da experiência humana. A História deveria romper com o estudo das batalhas, tratados militares e diplomacia para interrogar o Homem em sua plenitude: economia, sociedade, cultura, mentalidades, técnicas, imagens, paisagens, lugares... Para Clio, o céu era o limite: "A História que se edifica, sem exclusão, com tudo o que a engenhosidade dos homens pode inventar e combinar para substituir o silêncio dos textos e os danos do esquecimento..." (FEBVRE, 1992:13 [1933]). Fronteiras disciplinares? Tudo era permitido: "Historiadores, sejam geógrafos. Sejam também juristas, sociólogos e psicólogos (FEBVRE, 1992:32 [1941]). Afinal, o que era a História senão, "precisamente, a síntese de tantos elementos fornecidos pelas ciências vizinhas?" (FEBVRE, 1962:142 [1936]).

FEBVRE VS. RATZEL: A GEOPOLÍTICA DO CONHECIMENTO

O principal protesto de Febvre recairia sobre a Antropogeografia de Ratzel, que parecia agregar tudo aquilo que havia de mais criticável em termos de atividade científica. Sua leitura do geógrafo alemão nos mostrará, de modo amplo, a operação historiográfica processada em *La Terre*. Revelará que o que valia para a História não valia para a Geografia e as outras ciências. E apresentará algumas das contradições inerentes à escritura histórica *annaliste*. Separemos cinco pontos acerca da crítica a Ratzel. Eles dizem respeito: (i) ao determinismo; (ii) à associação ciência e política; (iii) à geopolítica a serviço do Imperialismo alemão; (iv) à definição do objeto e do método; (iv) à superioridade da ciência germânica, que influencia tanto a Escola Metódica quanto a Geografia vidaliana. No fundo, trata-se de uma chamada à construção de um pensamento essencialmente francófono. Atentemos a eles.

Como vimos, ao emprestar à Geografia o caráter de estudo das relações entre o solo e as sociedades humanas, ele situa uma questão primordial que permeou a trajetória daquela mesmo antes da institucionalização: o problema das influências geográficas na apreensão da história dos povos. "Influências geográficas" que, de acordo com alguns, eram postas no mesmo plano das influências humanas. Dito de outra forma, o homem agiria no meio da mesma forma que o meio reagiria ao homem, sem diferença qualitativa. Igualados, configurar-se-ia uma situação de determinismo (numa influência patente das teses de Darwin e Lamarck), não sobrando àquele a possibilidade de transformação das condições geográficas ¾ i.e., físicas, naturais ¾ de seu território. Portanto, ele procura estabelecer a natureza do saber geográfico, situando-o junto aos aspectos dados pela natureza, precavendo-se do determinismo de autores como Montesquieu, Bodin e Cousin e reconhecer a importância de Michelet, Buffon e Duruy, posto que se colocam em oposição a tais idéias.

À Geografia, a natureza, o meio, o palco; à História, o Homem, a sociedade, a ação. Consagra aquela como a base física desta. Para Febvre, os geógrafos punham o meio dominando o Homem, e foi preciso os historiadores para que tal lógica se invertesse; aliás, segundo ele, foram os historiadores os primeiros a colocar questões onde certos elementos eram de natureza geográfica. No entanto, desprezar-se-ia o conhecimento geográfico? Não, de forma alguma. Parte integrante da compreensão histórica, portanto? Sim, não há dúvida. Febvre estava realmente disposto a dialogar com a Geografia, discutir seus pressupostos e levar em conside-

ração sua contribuição. Mas da forma como Victor Duruy a resumia, sustentando que "A geografia só explica uma parte da história, mas explica-a bem". E acrescenta: "os homens fazem o resto" (DURUY a*pud* FEBVRE, 1991:29 [1922]).

É sob esse prisma que devemos observar as críticas endereçadas ao projeto antropogeográfico de Ratzel, posto que este extrapolava a constituição dos "territórios" do saber, desconsiderando as amarras e as restrições, dita científicas, à época impostas. Sua afinidade explícita e intensa com a Antropologia, a Biologia e a História, aliado a seu interesse por temas como o Estado, a Natureza e a Cultura, foram creditados enquanto aspectos típicos de uma ciência jovem e ingênua, deveras ambiciosa ¾ devendo, portanto, receber a admoestação das ciências mais velhas e já instaladas (como a História), e mesmo das mais jovens e em expansão (a Sociologia, p.ex.) (FEBVRE, 1991:36 [1922]). Nesse contexto, Febvre classificava o intuito ratzeliano de estudar todas as influências que o solo pode exercer sobre a vida social em geral como "quimérico", visto que estaria além do campo de pesquisas de uma só ciência e seria empresa grande demais para um só homem. Mas um fator de peso nessa conjuntura reside também no fato de sua reflexão ter apontado para uma mudança no direcionamento das relações estabelecidas entre a Geografia e a História, onde, tradicionalmente, esta esclarecia aquela. Ao tentar buscar o alcance ***lato sensu*** das influências do solo sobre a vida social, Febvre via na explanação de Ratzel uma tentativa de inversão de papéis: a possibilidade de explicar a História pela Geografia. Tanto que ele concorda com a crítica de Durkheim ao subtítulo de *Antropogeographie*, entendido como particularmente ambicioso: "Princípios da aplicação da geografia à história" [3]. E só enxerga em sua obra o determinismo ¾ justamente o aspecto ímpar na promoção dessa "inversão hierárquica" mantida entre as disciplinas em tela.

Tal noção seria inadmissível, já que, para ele, os fatos geográficos eram diferentes e deviam permanecer separados dos fatos históricos: "Ao fazer referência a um livro de Arnold Guyot, J.J. Ampère escrevia que 'Guyot tentou explicar a história pela geografia'. Vigorosamente, Vidal de La Blache, que cita a frase, declara que 'essa pretensão, se fosse desenvolvida, não seria mais razoável do que a de dispensar a geografia na explicação da história'. Nada mais exato. *Fatos históricos e fatos geográficos são hoje, para nós, duas ordens distintas de fatos. É impossível, é absurdo querer intercalar uns na série dos outros, como tantos outros elos de anéis intermutáveis. Há dois encadeamentos; que permaneçam separados; porque, do contrário, que necessidade há de os distinguir?*" (idem, p.67, grifo nosso). Explicitamente, é do *solo*, da *terra*, que a Geografia deve se preocupar; quando muito, da relação homem-meio ¾ mais do meio do que do homem... "Apreender e revelar, em cada momento da sucessão, as complexas relações que os *homens, autores e criadores da história*, mantêm com a natureza orgânica e inorgânica, com os múltiplos fatores do meio físico e biológico, é o papel característico do geógrafo quando se aplica aos problemas e às investigações humanas (...). É mesmo essa a tarefa do geógrafo. *Só terá outras por usurpação e capitulação*" (ibid., p.67-8, grifo nosso).

Estudar o solo, sim. Mas sustentar que suas influências poderiam ser expandidas às sociedades a ponto, inclusive, de explicar a História, não. O excessivo papel conferido por Ratzel ao solo, vinculando-o ao Estado, à geopolítica e à vida social como um todo era algo inaceitável para Febvre. Entretanto, ao se empenhar em reconstituir a herança ratzeliana, Carvalho ressalta que o geógrafo alemão é lembrado apenas por seu determinismo e por suas idéias acerca da superioridade racial, ou seja, apenas por uma parte de sua reflexão (CARVALHO, 1997b). Por conseguinte, sociólogos, antropólogos, geógrafos ou historiadores tomavam suas idéias como equivocadas enquanto uma maneira de afirmar suas identidades disciplinares (CARVALHO, 1997). E o desdobramento mais visível desta discussão é que boa parte do potencial heurístico da Geografia ¾ a relação sociedade e espaço ¾ que a aproximaria da História e das demais Ciências Sociais acabou por ser relegado, tendo em vista que a simples menção àquela parecia indicar algo exterior ao ser social, com seu poder explicativo sendo ou

[3] Crítica semelhante receberia a geógrafa norte-americana Ellen Semple, de quem menciona *Influences of geographic environment* (1911) e *American history and its geographical conditions* (1903). Sobre este último e sua pretensão de "explicar toda a história pela geografia", ele se pergunta: "Pode o espírito crítico desarmar-se em face destas tentativas só por causa de sua boa fé?" (FEBVRE, 1991:40 [1922]).

assimilado como mero determinismo ou limitado a servir como um cenário, um pano de fundo dos acontecimentos históricos [4]. É o que ocorreu com Febvre: uma de suas desconfianças para com a expressão Geografia Humana vem exatamente do determinismo, que denota a incapacidade do geógrafo de trabalhar com o Homem e apreender seu potencial de transformador do contexto social e da natureza circundante (FEBVRE, 1962:164-165 [1923]). Diante da ameaça de explicar a ação humana pelo meio ambiente, haveria justificativa mais pertinente para sugerir, sem nenhum pudor, uma geografia humana modesta? (FEBVRE, 1991:53 [1922]). Para admitir uma geografia humana, essa é a única forma possível...

Assim, a saída mais conveniente era adotar a divisão acadêmica do trabalho, enquadrando determinados temas a determinadas disciplinas [5] e acusando a geografia ratzeliana de "pilhagem audaciosa em domínios reservados": "Pretende-se constituir uma ciência que responda a esta questão: 'Quais as influências exercidas pelo meio geográfico sobre as diversas manifestações das sociedades humanas?'. Ora, esta questão é imensa. Decompõe-se numa multitude de questões secundárias, todas elas de competência de ciência nitidamente distintas. Portanto, como é que um só homem, incompetente em cada uma destas ciências, se tornaria, com a designação de *geógrafo*, competente em todas elas? *A geografia assim concebida não é mais que uma pilhagem audaciosa em domínios reservados* a economistas e sociólogos: não há conclusão alguma que não seja do domínio de qualquer disciplina sociológica especial. A geografia desaparece ¾ tem de desaparecer ¾ enquanto ciência distinta. Logicamente, só pode exigir para si uma espécie de existência 'apendicular', se assim se pode dizer. Só o sociólogo (sociólogo, gênero; demógrafo, etólogo, etc., espécies) tem, na realidade, o direito de tratar, com método e prudência, as questões que até o presente os geógrafos, temerariamente, reinvidicam para si..." (FEBVRE, 1991:46 [1922]).

Há outro motivo responsável pela reprovação a Ratzel. Neste, a relação entre o Estado e o solo é quase simbiótica, o Estado assentado num dado tipo de solo e este "agindo" de forma incisiva nos rumos daquele. Sua noção de espaço vital, a importância da Geopolítica e o papel do território enquanto sinônimo de Estado-Nação são aspectos cruciais de sua reflexão, e isso é indiscutível. Pois bem: se lembrarmos que a corrente historiográfica que antecedeu os *Annales* tinha como principal tema de pesquisas a chamada História Política, é possível que os escritos do alemão soavam àquele historiador como um resgate, uma tentativa de atualização ou de renovação dessa modalidade histórica que ele se esforçava em combater: "Ratzel, dominado, ao mesmo tempo, pelo seu preconceito de antropogeógrafo e por preocupações de ordem mais política que científica, que, por momentos, nos fazem comparar a mais recente e menos fecunda das suas grandes obras, a *Politische Geographie*, a uma espécie de manual do imperialismo alemão (...)" (idem, p.53). Ratzel não dividia a ciência da política, e tampouco a ciência do Estado — o que parece imperdoável a Febvre: "Construções como as dum Ratzel, aliás fortemente influenciadas por idéias e considerações que não são estritamente científicas (os acontecimentos posteriores a 1914 mostrararam-no claramente e pode verificar-se que o

[4] Edward Soja trabalha com um argumento parecido quando, procurando desvendar as razões da "submersão" do espaço no início do século XX, admite que uma destas razões seria exatamente "a rejeição teórica explícita da causalidade ambiental e de todas as explicações físicas ou externas dos processos sociais e da formação da consciência humana". Continuando seu raciocínio, fala que "A sociedade e a história estavam sendo separadas da natureza e ingenuamente providas de ambientes que lhes conferissem o que se poderia chamar de relativa autonomia do social em relação ao espacial. Impedida de ver a produção do espaço como um processo social, *enraizado na mesma problemática da construção da história*, a teoria social crítica tendeu a projetar a geografia humana *no pano de fundo físico da sociedade*, assim permitindo que seu *poderoso efeito de estruturação fosse jogado fora juntamente com a água suja de um determinismo ambiental rejeitado*" (SOJA, 1993:46 [1992], grifo nosso).

[5] Sobre a "divisão racional do trabalho" (a frase é de Febvre) e a localização da Geografia na mesma, leiamos o trecho a seguir: "Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam nas representações coletivas dos homens, nos mitos, nas lendas e nas artes dos diversos povos: é possível. É uma questão a ver. Mas não competirá à *sociologia religiosa* ou, noutra hipótese, à *sociologia estética* a função de dirigir o estudo de tais influências? Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam no próprio caráter das nações, nos seus hábitos de espírito, nas suas tendências políticas, jurídicas ou morais: *a priori*, nada disso é impossível. Mas não competirá à *etologia coletiva* a função de se certificar de tal, no decurso do inquérito geral feito sobre esses caracteres, esses hábitos de espírito, essas tendências de que ela deve deslindar todos os fatores, todas as

megalostatismo do mestre alemão não era somente um ponto de vista intelectual (...)" (ibidem, p.41).

Quando lemos afirmações como estas, somos diretamente transportados à conjuntura de disputa entre os Impérios e os Estados Nacionais na qual mergulha a Europa desde o final do século XIX e, particularmente, às fricções envolvendo França e Alemanha desde a guerra de 1870-71. Rejeitar Ratzel e louvar Vidal contém uma divergência epistemológica de Febvre com aquele, mas nem por isso deixa de ser uma espécie de reação à superioridade da ciência alemã, que influenciou a Escola Metódica, a Escola Francesa de Geografia, a Sociologia Durkheimiana [6]e os próprios *Annales*. No fundo, trata-se de uma chamada à construção de um pensamento essencialmente francófono. É o que ele também evidencia quando comenta, em 1929, o Atlas-Manual da Província Renana organizado pelos alemães Hemann Aubin e Joseph Niessen. A despeito de uma ou outra discordância, o tom é elogioso. Mas, no final, acaba se traindo quando demanda a realização de um atlas francês de geografia histórica "digno, ao mesmo tempo, de nossa geografia e de nossa história" (FEBVRE, 1962:138 [1929]). Cinco anos depois, em resenha favorável aos Atlas alemães sobre a *Sarre* e a *Alsace-Lorraine*, ele não reclama um "contra-atlas" (o termo é dele) à francesa, mas afirma que, uma vez que seus compatriotas se dispusessem a fazê-lo, o fariam melhor, de modo "muito fácil e sem grande esforço" (FEBVRE, 1962:138 [1934]). No entanto, dois anos mais tarde, ao saudar um novo Atlas regional alemão, reconheceria a carência francesa nesse domínio (FEBVRE, 1962:144 [1936]). Contudo, quão é diferente o tom da apreciação ao *L'Atlas de France* feito pelo *Comité National de Géographie* dirigido por De Martonne. Em três resenhas nos anos de 1934, 35 e 36, grifa-o como indispensável na compreensão dos problemas atuais do país, aprova o destaque à economia e ressalta o poder de explicação social das cartas de telecomunicações. Isso não o isenta de censuras, tais como a ausência do relevo e da hidrografia no mapa das rotas nacionais e uma certa tendência administrativa que fazia lembrar os antigos recortes oficiais do território (FEBVRE, 1962 [1934]).

É verdade que, após a I Guerra Mundial, os ânimos nacionalistas foram esfriados. Mas, como, durante esta mesma guerra — quando *La Terre* foi escrito —, não tomar partido frente ao vigoroso conteúdo geopolítico e expansionista presente na reflexão ratzeliana? Como não ser remetido à fratura territorial causada pela perda da *Alsace-Lorraine* para o outro lado do Reno? Mas, ironicamente, conforme Febvre, esta não é uma discussão geográfica pois, segundo decreta: "O solo, não o Estado: eis o que deve preocupar o geógrafo" (ibid., p.71). Aparentemente, ele não possui nenhuma predileção pela geografia política e pela geopolítica — nem mesmo quando a reflexão possui cores locais. É o caso de Brunhes e Vallaux, cujo livro *La Géographie de l'Histoire. Géographie de la paix et de la guerre sur terre et sur mer* (1921) é tido como mal articulado, além de sua realização ser desconcertante e sua composição, estranha. Não é obra que possa ser considerada uma necessidade intelectual, visto que seu teor já havia aparecido, pela pena dos próprios autores, em outras ocasiões: *La Géographie Humaine* (1910), por parte de Brunhes, e *Géographie sociale, le sol et l'État* (1910), por parte de Vallaux (FEBVRE, 1962:156 [1923]). Febvre tem uma divergência de fundo com este último. E não é pelo fato de que, retomando Montesquieu e propondo leis geográficas, ele cedeu à armadilha do determinismo ao abordar a geografia política (idem, p.160). Trata-se de polêmica que extrapola a Geografia, na qual o co-fundador dos *Annales*, de uma maneira ou de outra, travava com os historiadores da Escola Metódica em torno do conceito de Estado. Segundo Febvre, ao enfatizar sua natureza formal e militar, Vallaux não poderia ter escolhido referência mais inadequada:

---

modalidades influentes? Que a natureza do solo ou a natureza do clima influam na distribuição dos homens à superfície do globo, que facilitem ou entravem a sua concentração ou a sua dispersão: é mais do que provável. Compete ao demogeógrafo preocupar-se com o problema quando estudar no seu conjunto esta concentração e esta dispersão" (FEBVRE, 1991:46 [1922]).

[6] É sob esse prisma que compreendemos porquê Durkheim abre o *L'Année sociologique* à colaboração estrangeira, abrigando artigos de intelectuais como Simmel, Steinmetz e o próprio Ratzel. Segundo Romano, a França não dispunha, na época, de pessoal gabaritado para levar adiante uma discussão de fôlego sobre os problemas conceituais da Sociologia (ROMANO, 1997:36 [1995]).

Ratzel e a *Politische Geographie* (ibidem, p.157; FEBVRE, 1991:88 [1922]). E aqui o historiador em voga adota um ponto de vista que ultrapassa a estreiteza corporativista e alcança um patamar teórico que não pode ser desconsiderado. Assim como o processo histórico se desenrolava segundo ritmos diversos e não apenas numa sequência cronológica pura e simples, as múltiplas manifestações da vida em sociedade não poderiam ser encerradas no Estado, como se este fosse algo a controlá-las e restringi-las [7]. Privilegiar a escala nacional era um passo para fetichizá-la. A espacialidade dos fenômenos não deveria ser estabelecida *a priori*, mas sim de acordo com a dinâmica dos mesmos (FEBVRE, 1962:159 [1923]). Eis uma crítica interessante e que, caso Febvre tivesse tido a intenção de conhecer um "outro" Vidal, certamente ia encontrar "outras" afinidades para além da relação homem-meio [8].

No entanto, logo seus ataques se voltam contra os geógrafos que persistem em fazer de sua disciplina um lugar de discussão geopolítica. Embora veja com bons olhos a divisão de Vallaux entre *solo político* (espaço físico de atuação estatal) e *solo econômico* (as riquezas naturais latentes e patentes nas quais os Estados retiram sua força e permanência), posto que ela atua de salvaguarda frente a uma leitura materialista do Estado e a um economicismo grosseiro (FEBVRE, 1991:89 [1922]), tal como ocorria com o tratamento do Homem, os geógrafos não possuíam habilidade suficiente para lidar com o Estado. Consequentemente, acabavam se confundindo e se metendo num domínio que não lhes pertencia. Que um Ratzel se engane sobre os conceitos de *soberania* e *sedentarismo*, compreende-se, diz ele. Mas Vallaux? (FEBVRE, 1962:158 [1923]). Sua posição é inequívoca: "Desenhar o mapa dos Estados... Mas, o que é um Estado? O senhor Vallaux nos diz, e precisamente no local adequado para fazê-lo: no início do livro. Os Estados são sociedades organizadas para garantir aos indivíduos que os compõem a segurança pessoal e o gozo tranquilo de seus bens e dos frutos de seu trabalho. Segurança, propriedade: eis-nos em plena teoria jurídico-política. Mas, então, o que a geografia tem a fazer aqui? Segurança, propriedade: estas não são, precisamente, noções geográficas" (idem, pp.156-157). Mais adiante, retomando a noção de uma geografia humana modesta, arremata: "se o geógrafo não se interessa pela terra enquanto tal, a terra produtiva e fonte de alimentos, coberta de plantas, animais e metais, no quê, legitimamente, ele se interessará?" (ibidem, p.159).

O DIÁLOGO DE FEBVRE COM A GEOGRAFIA: REABILITANDO VIDAL DE LA BLACHE E A DIMENSÃO POLÍTICA

As críticas à geopolítica nos fornecem uma ocasião adequada para problematizarmos três pontos fundamentais: (i) a forma com que Febvre vislumbrava as trocas entre as ciências; (ii) a presença indisfarçável do aspecto *político* em seu pensamento; (iii) a escolha de Vidal como referência geográfica *par excellence*.

---

[7] "Não queremos ver na sociedade apenas uma espécie de mola que se move dentro de uma caixa rígida — o Estado —, que, umas vezes, se expande, outras vezes se contrai. Pensamos que é bem mais necessário estudar em si próprios e por si próprios os grupos sociais estabelecidos no solo e extraindo dele a sua subsistência" (FEBVRE, 1991:88 [1922]). Ele reproduziria integralmente esta passagem em *Le problème de la géographie humaine* (FEBVRE, 1962:159 [1923]).

[8] Surge aqui um item que parece ser um ponto de convergência a ser explorado entre geógrafos e historiadores na França da primeira metade do século XX: Bloch e Febvre caminhavam na mesma direção que Michotte, Musset e Demangeon, propagando a defesa do liberalismo econômico face ao protecionismo agrícola e industrial como saída para a crise de 29 (PARIS, 1999:197; ARRAULT, 2007:507-508). A avaliação negativa do Estado enquanto regulador das atividades econômicas também se fazia presente em Vidal, que reconhece sua lentidão no acompanhamento das mesmas (VIDAL DE LA BLACHE, 1917:106). Se Febvre repreende a História Política (e a Geopolítica) em sua fixação nos negócios do Estado, em 1910, Vidal faz, à sua maneira, coisa semelhante: a centralização política ao seu redor do Estado deve ser substituída por um organismo mais flexível e adaptado às demandas modernas (VIDAL DE LA BLACHE *apud* OZOUF-MARIGNIER & ROBIC, 1995:46). Essa é uma das virtudes da abordagem metodológica que enfatiza o cruzamento disciplinar: não identificar diferenças e afirmá-las em nome de identidades científicas (como se umas fossem superiores às outras), mas reconhecer semelhanças e compreendê-las como parte de um processo histórico comum, e não algo fragmentado e fixo segundo campos científicos que parecem se desenvolver à revelia uns dos outros.

Sobre o ponto um: vislumbrava ele uma unidade do conhecimento sem limites rigidamente estipulados, como dizem alguns? (MOTA, 1992:15). Poderíamos classificar sua concepção de interdisciplinaridade como algo "flexível", de acordo com outros? (REVEL, 1979:1372). É pertinente concordar que ele não tinha — diferentemente de Simiand — uma concepção "ideal" de Geografia, e sim que sua *démarche* foi sendo construída a partir do julgamento crítico da produção geográfica de então? (MÜLLER, 2003:259). Ou seria mais prudente respeitar suas próprias palavras e acatar que o objetivo de *La Terre* era, literalmente, "determinar diretrizes"? (FEBVRE, 1991:39 [1922]). Nesse sentido — sempre se referindo ao meio —, ele não se furta em dizer o que a geografia deve e o que não deve fazer: primeiro, descrever; em seguida, analisar; e, por fim, tentar explicar (idem, p.71). Ora; era muito conveniente para a História dialogar com a Geografia desta maneira, posto que as posições de cada uma, o *status* das mesmas no seio da Academia em nada abalava aquela — pelo contrário! Já não foram os *Annales* acusados de academicismo? (REIS, 2000:180). Lacoste chega a dizer que Febvre "impossibilitou qualquer reflexão geopolítica aos geógrafos... para reservá-las aos historiadores ávidos de geohistória!" (LACOSTE, 1988:123 [1976]). Denúncia apropriada ou corporativismo raivoso? Vem de Claval a avaliação mais equilibrada e precisa: quando lutava pela Geografia, Febvre também estava defendendo sua visão de como a História deveria relacionar-se com as Ciências Sociais (CLAVAL, 2007:269).

Ponto dois: as censuras à geopolítica são congruentes com a totalidade de seu pensamento? Vejamos: quando sublinha que a anexação francesa do Saara atendia menos a objetivos políticos que econômicos, Vallaux receberá a admoestação de Febvre porque, deixando de falar como geógrafo, perdera a razão: seu discurso parecia o de um negociante ou governante de país ocidental avaliando a exploração dos territórios coloniais (FEBVRE, 1991:90 [1922]). Pois bem: como não interpretar tal leitura como contraditória, se ele e sua revista eram partidários abertos do Colonialismo, recebiam artigos de banqueiros e queriam contribuir para uma melhor tomada de decisões dos homens de negócios? Em quais circunstâncias ele acusa Ratzel de megalostatismo e seu livro *Politische Geographie* como manual do Imperialismo alemão se, em sua sua resenha sobre a Exposição de 1931 e na conferência em *Strasburg* em 1920 constatam-se, francamente, seu apoio à causa colonial e o conteúdo marcadamente nacionalista que a História poderia assumir? (FEBVRE, 1932, 1920). Quais os motivos em rechaçar o formalismo e o militarismo do conceito de Estado em Ratzel e Vallaux se um dos elogios à referida Exposição foi graças à possibilidade de admirar, exatamente, os mapas do *Serviço Geográfico do Exército*? (FEBVRE, 1932:3). Com que razão desqualificar geopolíticos alemães como Haushofer e Kjellen, assim como o Atlas de mesma feição de Braun e Ziegfeld (FEBVRE, 1962:130-135 [1929]), se é conhecido de todos "seu interesse apaixonado pelo traçado dos estrategistas"? (MORAZÉ, 1998:9).

Por mais que Febvre tenha se esforçado em minimizar o papel da política (na Geografia e na História!), seus escritos mostram justamente o contrário. Ao lado de Demangeon, tomará o Reno como objeto de estudos: alvo de disputas entre a França e a Alemanha, não ressaltará ele que o famoso rio não pertenceria a nenhuma das duas nações, mas à Europa como um todo? (FEBVRE & DEMANGEON, 1935). Sim, não é mais a instrumentalização da ciência pelo Estado tal como ocorria com a Escola Metódica, mas não deixa de ser um alinhamento político em prol da reconstrução européia após a guerra de 1914. Outro exemplo reside no artigo *Frontière: le mot et la notion* (1928). Resgatando o histórico da palavra *fronteira* e suas relações com o vocábulo *limite*, Febvre mostra todo seu apreço pelo traçado das fronteiras e as estratégias de sua constituição. Da territorialidade do Império Romano e da Idade Média, passando pela eclosão da soberania estatal nos séculos XV e XVI e pelas variedade de divisões na França de 1789, ele descobre que, no decorrer do processo histórico, rios, litorais, montanhas tiveram um papel essencial na construção de um discurso político sobre a natureza — forjando os limites territoriais do Estado, p.ex. Em outras palavras, os elementos geográficos foram essenciais na edificação do mito nacional. Talvez por isso tenha se interrogado: "Como a palavra fronteira, que significava a fachada de uma construção e, depois, frente de uma tropa, enraizou-se e fixou-se no solo de uma província, de uma país?" (FEBVRE, 1928:12). E o que dizer de *Honneur et Patrie*, anunciando logo no início que, "ao longo de todo o livro, falaremos de Estados e Nações?" (FEBVRE, 1998:28 [1945-47]).

Ponto três: sua apropriação de Vidal de la Blache é condizente com a totalidade da obra deste geógrafo? Definitivamente, não. Em primeiro lugar (e eis um ângulo que, até onde nos foi possível conhecer, permaneceu totalmente desapercebido pela literatura), sempre nos pareceu muito estranho que a principal referência geográfica dos *Annales* tenha mantido estreitos vínculos com a historiografia "inimiga": a Escola Metódica. Por quê Vidal, se suas ligações com a História Política eram justamente aquilo que Bloch e Febvre buscavam se afastar? Sendo Lavisse o porta-voz oficial da união para a recuperação da *Alsace-Lorraine* e sua preocupação maior a revanche de seu país diante dos alemães (DOSSE, 1992:40-41 [1987]), optar por Vidal era absolutamente sensato. Não bastasse ser nacionalista, republicano e colonialista (além de historiador de formação, o que não deixava de ser uma virtude), encaminhará seus argumentos rumo à indivisibilidade do território francês. Instrumento de educação política, portanto, a geografia vidaliana preenchia todos os requisitos necessários para abrir o projeto coletivo *Histoire de France* na qual se insere o *Tableau de la géographie de La France* em 1903. O que deduzir disso tudo? A resposta é uma só: se a mudança programática, se o conteúdo historiográfico muda sensivelmente, politicamente haviam muito mais semelhanças que diferenças *de fundo* entre metódicos e *annalistes*. E o que é a geografia vidaliana? Um elo, um ponto de convergência entre essas duas correntes. Assim como o republicanismo, o nacionalismo e o colonialismo. Essa conjuntura aponta para outro aspecto de peso: o amplo espectro do legado de Vidal de la Blache.

Em segundo lugar, Febvre promove uma interpretação redutora face a complexidade desse geógrafo. Retendo exclusivamente o estudo das relações homem-meio e a definição de Geografia como "a ciência dos lugares, e não dos homens", ele insiste em fazer dessa ciência não mais que uma mera introdução à História. Citada em *Les caractères distinctifs de la géographie* (VIDAL DE LA BLACHE, 1913), tal definição é tida por Febvre como a "tábua de salvação" (FEBVRE, 1991:70 [1922]). Funciona como um bom antídoto contra a geopolítica alemã, p.ex. (FEBVRE, 1962:133 [1923]), bem como outras passagens de um Vidal — na falta de uma expressão melhor — mais "naturalista" que ele utiliza todas as vezes que pretende legitimar seu conceito de geografia humana modesta.

Iremos nos abster de realizar uma exegese da frase e do contexto em questão. No mínimo, pode-se dizer que ela é, em seu conteúdo literal, infeliz. No máximo (e apenas com o uso do bom senso), ela não significa, de forma alguma, que Vidal estivesse abrindo mão do Homem na composição da ciência geográfica. Lacoste vai além e chega a dizer que ela é uma contradição de Vidal consigo mesmo (LACOSTE, 1988 [1976]). Estaria o "chefe" da Escola Francesa querendo dizer que a Geografia estudaria como os homens constróem lugares, diferenciando seu domínio do da História? Febvre poderia tê-la admitido dessa maneira...

De qualquer forma, se ele sustenta que Vidal a pronunciou no momento em que estava no auge do domínio de seu método (FEBVRE, 1991:68 [1922]), nada mais razoável que levasse em consideração alguns dos textos escritos após 1913, posto que demonstrariam, na maturidade, um Vidal atento para fenômenos de natureza essencialmente humana como industrialização, urbanização, disputas territoriais, novos critérios de organização regional, peso do Estado na centralização da vida nacional (VIDAL DE LA BLACHE, 1916, 1917, 1919). Certamente que Vidal não concordaria com a apologia de Febvre à "preciosa" noção galloisiana de região natural como critério geográfico de organização espacial (FEBVRE, 1991:63 [1922]), na medida em que seu raciocínio apontava na direção oposta — a dinâmica do mundo moderno e a emergência das noções de região industrial e cidade regional [9] (CLAVAL, 1998:135). Assim como também é assaz discutível que Vidal tenha sido medíocre no domínio dos conceitos teóricos (FEBVRE, 1962:149 [1923]). Ora; além do próprio Febvre notar, na página seguinte, a brilhante exposição vidaliana sobre a teoria dos gêneros de vida (idem, p.150), é possível apreender uma série de observações de Vidal em torno dos conceitos de paisagem e região, bem como o fato de que suas preocupações sobre as escalas, a comparação e o diálogo disciplinar são contribuições teórico-metodológicas que não podem ser desprezadas no processo de formação

[1] Vale a pena destacar como Bloch e Febvre são atraídos pelas regiões naturais tal como Gallois as havia imaginado. Não é o caso de ser uma mera coincidência, mas sim a constatação de que ambos tinham em mente a mesma idéia geral: a Geografia como base física da História.

das jovens Ciências Humanas (vide RIBEIRO, 2008a:53-87).

Ao preferir forjar um Vidal "possibilista" (vocábulo que Vidal jamais utilizou), o diretor da *Encyclopédie française* negligenciava um geógrafo cujo raciocínio não abria mão da estratégia, tal como revelam o lamento pela perda de parte do território das Guianas para o Brasil, o acompanhamento da missão militar de seus compatriotas no Peru e a preocupação com o desenvolvimento da colonização francesa e suas fronteiras na África (VIDAL DE LA BLACHE, 1901, 1906, 1911c). Necessário dizer que estes comentários não foram incorporados por Febvre em sua operação historiográfica? Todavia, a ausência mais sentida é mesmo *La France de l'Est* (VIDAL DE LA BLACHE, 1994 [1917]). Discutindo a tensão em torno da posse da *Alsace-Lorraine* entre franceses e alemães, a reflexão histórica, econômica e territorial nele contida não se encaixaria no manual de Geografia preconizado por Febvre: uma ciência eminentemente a-política e cujos olhos só podiam estar voltados para a relação homem-meio ¾ como se a forma pela qual as sociedades lidam com o ambiente pudesse ser desprovida e desvinculada de conotação política. Necessário dizer que a oposição Ratzel-Vidal demarcada por Febvre não encontra argumentação suficiente, já que o próprio Vidal, embora guardasse suas reservas frente a Ratzel, não escondia sua admiração pelo geógrafo alemão e partilhava com ele a noção de que a geografia política podia ser estendida ao conjunto da geografia humana? (VIDAL DE LA BLACHE, 2002 [1898]).

Conclusão

Enfim, expor tais problemas não é um "acerto histórico de contas", mas tão somente o reconhecimento de que, no cruzamento entre as ciências supracitadas, a leitura febvriana reteve apenas uma parte do legado de Vidal. No entanto, se estamos vivendo um momento onde o mesmo tem passado por uma ampla revisão, integrar *La Terre et l'évolution humaine* é uma etapa obrigatória desse processo. Expor tais problemas não significa também que o projeto de interdisciplinaridade científica deva ser abandonado — o que seria, sem dúvida, um exagero — mas sim que, da forma como praticado por Febvre, precisa ser revisado. Intimamente, nossa empreitada não deixa de ser um chamado para uma reescritura da história do pensamento geográfico sob o ponto de vista do cruzamento disciplinar. Não há como negar que, quando os geógrafos se envolvem nessas questões, a diferença de postura frente aos historiadores salta aos olhos. A despeito de *La Terre* não ter recebido muita atenção por parte dos geógrafo de então — embora a resposta de Demangeon tenha sido carregada de ironia, dizendo que a Geografia não necessitava de ninguém que a lembrasse do perigo determinista, que Febvre não havia compreendido bem o método da geografia humana e que cometera os abusos de crítica típicos de seu espírito (DEMANGEON, 1923) —, a autoridade de Febvre e sua "escola" nos anos seguintes à publicação do livro fez com que a representação que ele emprestara a Vidal, Ratzel e à Geografia como um todo fosse referência quase que incontestável para várias gerações. Daí a constatação quase que unânime, por parte dos geógrafos, do imperativo de rever suas conclusões (LACOSTE, 1988 [1976]; CARVALHO, 1997, 1997a; MARTINS, 2001; BAKER, 2006 [2003]; GÓMEZ MENDOZA, 2004; CLAVAL, 2007). Roncayolo não sustenta que, ao criticar os recortes regionais tradicionais, os geógrafos estariam, de uma forma ou de outra, antecipando a crítica historiográfica feita pelos *Annales*? Eis uma visão completamente diferente da que conhecemos habitualmente envolvendo a Escola Geográfica Francesa e esta corrente (RONCAYOLO, 1986). O caminho é esse.

Referências Bibliográficas

ARRAULT, Jean-Baptiste. Géographie et mondialisation. Les géographes français face à la crise des années 1930. *Annales de Géographie*, n. 657 (2007).

BAKER, Alan. *Geography and History: Bridging the Divide*. Cambridge: University Press (2006).

BARROS, José D'Assunção. História, região e espacialidade. *Revista de História Regional*, 10 (1) (2005).

BAUMAN, Zygmunt. *Globalização: as Consequências Humanas.* Rio de Janeiro: Jorge Zahar (1999 [1998]).

BLOCH, Marc. *Apologia da História* ou *O Ofício de Historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (2001 [1949]).

BURKE, Peter. *A Escola dos Annales (1929-1989): a Revolução Francesa da Historiografia*. São Paulo: Unesp (1997 [1990]).

CARVALHO, Marcos de. *Diálogos entre as Ciências Sociais: um legado intelectual de Friedrich Ratzel (1844 – 1904)*. Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales, nº 34, Universidade de Barcelona, Departamento de Geografia Humana <http://www.ub.es/geocritic/b3w-34.htm> (1997).

¾¾¾. *Ratzel: releituras contemporâneas. Uma reabilitação?* Biblio 3W. Revista de Geografia y Ciencias Sociales, nº 25. Universidade de Barcelona, Departamento de Geografia Humana <http://www.ub.es/geocritic> (1997a).

CLAVAL, Paul. *Histoire de la Géographie française de 1870 à nos jours*. Paris: Nathan (1998).

———. *Géographies et géographes*. Paris: L'Harmattan (2007).

CHAUÍ, Marilena. *Brasil: mito fundador e sociedade autoritária*. São Paulo: Perseu Abramo (2000).

DEMANGEON, Albert. Introduction géographique à l'histoire. *Annales de Géographie*, n. 32 (1923).

———, FEBVRE, Lucien. *Le Rhin: problèmes d'histoire et d'économie*. Paris: Armand Colin (1935).

DOSSE, François. *A História em Migalhas: Dos "Annales" à Nova História*. Campinas: Editora da Unicamp/Ensaio (1992 [1987]).

FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1998 [1945-47]).

———. Frontière: limites et divisions territoriales de la France en 1789. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1908]).

———. Le paysan Normand, de Jules Sion. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1909]).

———. L'histoire dans un monde en ruines. *Revue de Synthèse Historique*, n. 88, fév. (1920).

———. *A Terra e a Evolução Humana. Introdução Geográfica à História*. 2ª ed. Lisboa: Cosmos (1991 [1922]).

———. Le problème de la Géographie Humaine. A propos d'ouvrages récents. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1923]).

———. Frontière: le mot et la notion. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1928]).

———. Cartographie de la géopolitique. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1929]).

———. Contre l'histoire politique en soi. Histoire ou politique? Deux méditations: 1930, 1945. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1946]).

———. L'histoire économique et la vie: leçon d'une exposition. *Annales HES*, 4 (1932).

———. De 1892 à 1933. Examen de conscience d'une histoire et d'un historien. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1933]).

———. Cartographie régionale allemande. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1934]).

———. Cartographie régionale. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1936]).

———. L'Atlas de France du Comité National de Géographie. In: FEBVRE, Lucien. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962 [1934-36]).

———. Chez les géographes: positions de problèmes ou répertoires de faits? *Annales d'Histoire Économique et Sociale*. VIII année, tome huitième (1936).

———. Vivre l'histoire. Propos d'initiation. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris:

Armand Colin (1992 [1941]).

———. Deux amis des *Annales*: Jules Sion, Albert Demangeon. *Annales d'Histoire Sociale*. Nº 1-2, 3º année (1941a).

———. Sur une forme d'histoire qui ne pas la nôtre. L'histoire historisante. *Annales ESC*, II (1947).

———. Un livre qui grandit: La Méditerranée et le monde méditerranéen à l'époque de Philippe II. *Revue Historique*. Tome CCIII, 74º année (1950).

———. Avant-propos. In: FEBVRE, Lucien. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1952]).

———. *Pour une histoire* à part entière. Paris: SEVPEN (1962).

———. *Combats pour l'histoire*. Paris: Armand Colin (1992 [1965]).

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Unesp (1991 [1990]).

GÓMEZ MENDOZA, Josefina. *Geografia e historia, ¿qué relación en la atualidad?* Barcelona (no prelo) (2004).

HUGUES-WARRINGTON, Marnie. Lucien Febvre (1878-1956). In: HUGUES-WARRINGTON, Marnie. *50 Grandes Pensadores da História*. São Paulo: Contexto (2002).

LACOSTE, Yves. *A Geografia ¾ isso serve, em primeiro lugar, para fazer a guerra*. Campinas: Papirus (1988 [1976]).

MARTINS, Luciana de Lima. Friedrich Ratzel. *GEOGRAPHIA*. Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 5, ano 3 (2001).

MORAZÉ, Charles. Prefácio. In: FEBVRE, Lucien. *Honra e Pátria*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (1998).

MOTA, Carlos Guilherme (org.). *Lucien Febvre*. 2ª ed. São Paulo: Ática (1992).

MÜLLER, Bertrand. Sociologie, géographie et histoire. In: MÜLLER, Bertrand. *Lucien Febvre, lecteur et critique*. Paris: Albin Michel (2003).

ORTIZ, Renato. *Mundialização e Cultura*. São Paulo: Brasiliense (2003 [1994]).

OZOUF-MARIGNIER, Marie-Vic, ROBIC, Marie-Claire. La France au seuil des temps nouveaux. Paul Vidal de la Blache et la régionalisation. *L'Information Géographique*. Paris, vol. 59 (1995).

PARIS, Erato. *La genèse intellectuelle de l'oeuvre de Fernand Braudel*. Athènes: Institute de Recherches Néohelléniques/FNRS (1999).

POMIAN, Krzysztof. L'heure des Annales . In: NORA, Pierre (dir.). *Les Lieux de Mémoire. I. La République. La Nation. Les France*. Paris: Gallimard (1997 [1986]).

REIS, José Carlos. *Escola dos Annales ¾ a Inovação em História*. Rio de Janeiro: Paz e Terra (2000).

REVEL, Jacques. Histoire et Sciences Sociales. Les paradigmes des Annales. *Annales ESC*, n. 6, nov.-déc. (1979).

RIBEIRO, Guilherme. Modernidade e Espaço, Pós-Modernidade e Mundo: a Crise da Geografia em tempos de Globalização. *Diez años de cambios en el mundo, en la Geografía y en las Ciencias Sociales, 1999-2008. Actas del X Coloquio Internacional de Geocrítica*, Universidad de Barcelona, 26-30 de mayo de 2008. <http://www.ub.es/geocrit/-xcol/154.htm>

———. *Espaço, tempo e epistemologia no século XX : a geografia na obra de Fernand Braudel*. Niterói: Tese de Doutorado, PPGEO/UFF (2008a).

ROMANO, Ruggiero. *Braudel y nosotros. Reflexiones sobre la cultura histórica de nuestro tiempo*. México: Fondo de Cultura Económica (1997 [1995]).

RONCAYOLO, Marcel. Histoire et Géographie: les fondements d'une complementarité. *Annales ESC*, nov.-déc., nº 6 (1989).

SCHÖTTLER, Peter. Lucien Febvre ou a desmistificação da História Renana. In: FEBVRE, Lucien. *O Reno: história, mitos e realidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira (2000).

SODRÉ, Nélson Werneck. *Introdução à Geografia*. Petrópolis: Vozes (1976).

SOJA, Edward. *Geografias Pós-Modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor (1993 [1992]).

VIDAL DE LA BLACHE, Paul. Le contesté franco-brésilien. *Annales de Géographie*, année X, nº 49 (1901).

———. La mission militaire française au Pérou. *Annales de Géographie*, année XV, nº 79 (1906).

———. Les confins algero-marrocains, d'après le livre de Augustin Bernard. *Annales de Géographie*, année XX, nº 114 (1911c).

———. Les caractères distintifs de la géographie. *Annales de Géographie*, XXII année, nº 112 (1913).

———. Évolution de la population en Alsace-Lorraine et dans les départements limitrophes. *Annales de Géographie,* XXV année, nº 133 (1916).

———. La rénovation de la vie régionale. *Foi et Vie*, *Les questions du temps présent*, Cahier B, n.9, mai (1917).

———. La frontière de la Sarre, d'après les traités de 1814 et de 1815. *Annales de Géographie,* XXVIII année, nº 151 (1919).

———. *La France de l'est (Lorraine-Alsace)*. Paris: La Découverte (1994 [1917]).

———. A Geografia Política. A propósito dos escritos de Friedrich Ratzel. *Geographia*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Geografia da UFF. Niterói/Rio de Janeiro, UFF/EGG, nº 7, ano 4 (2002 [1898]).

VIRILIO, Paul. *O Espaço Crítico*. São Paulo: Editora 34 (1993 [1984]).

Artigo recebido em agosto de 2009.